

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno 25 n.ºs	Semest. 12 n.ºs	Trim. 9 n.ºs	N.º 4 entrega
Portugal (franco de porte, m. forte)	3\$800	1\$900	5900	5120
Posseções ultramarinas (idem)...	4\$000	2\$000	—	—
Estrang. (união geral dos correios)	5\$000	2\$500	—	—

13.º ANNO — VOLUME XIII — N.º 407

11 DE ABRIL DE 1890

REDACÇÃO—ATELIER DE GRAVURA—ADMINISTRAÇÃO

LISBOA L. do Poço Novo, ENTRADA PELA T. DE CONVENTO DE JESUS, 4

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empresa do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos. — Editor responsável, Castano Alberto da Silva.



CHRONICA OCCIDENTAL

Uma coisa que de ha muito tempo me desespera na critica, quer escripta, quer fallada, é a facilidade, n'essa cerimonia com que muita gente, unicamente por nunca ter encontrado no seu caminho por este mundo de Christo um facto, uma criatura, uma acção, como a que está lendo no livro, ou vendo no theatro, grita logo contra a inverosimilhança e se insurge contra a falsidade no trabalho artistico do author, alcançando o de absurdo, de phantasia, e principalmente de romantico, que é modernamente o mais desdenhoso epitheto que se pode vibrar ás faces d'um romancista ou d'um dramaturgo.

Essa gente quer o realismo na arte, quer que o livro ou a peça seja a reprodução da verdade da vida, mas unicamente da verdade que essa gente conhece, d'uma verdade muito convencional, inventada por uma coterie litteraria para servir de realidade da vida humana.

E no fim de contas essa coisa que elles chamam realismo é tudo o que ha de mais convencional no mundo, ao passo que a verdade real da vida é exactamente aquillo que elles chamam absurdo, phantasia, inverosimilhança.

Eu tenho passado a minha vida a ver isto no mundo: tenho encontrado na minha sociedade, no meu paiz, no meu tempo, na vida real, os factos mais assombrosamente tragicos, mais helariantemente comicos, que reproduzidos photographicamente no livro ou no

theatro passariam aos olhos d'essa critica pelos mais disparatados excessos do romantismo melodramatico ou da charge burlesca!

Tenho passado a minha vida a encontrar e a observar esses factos e a notal-os na minha carteira, d'alguns d'elles tenho-me já servido no theatro e no livro e tenho ouvido os commentarios que lhe fazem de inverosimeis, de excessivamente carregados, quando no fim de contas elles muitas vezes não passam d'uma reprodução exacta, textual, d'aquillo que eu vi e observei.

Agora por exemplo na cidade do Porto esta-se desafiando nas mãos da policia o enredo tenebroso d'um drama tetrico que, posto n'um livro deixaria

a perder de vista os romances mais absurdos e mais estapafúrdios de Xavier de Montepin, de Chavette, de Terrail, de Capendu, de Boisgobey, de Richebourg, ou de Alexis Bouvier, e não obstante esse drama de que a critica severa se ria desdenhosamente, accusando-o de inverosimilhança disparatada, não deixando sequer a discutil-o, esta-se passando no nosso tempo, ao nosso lado, de fronte dos nossos olhos, e até por signal eu conheci muito de perto um dos seus protagonistas, uma das suas victimas.

Sabem já decerto que me refiro ao caso do envenenamento da familia do sr. Sampaio.

Vao fazer este verão dois annos que fui ao Porto estudar loccos e tirar apontamentos para um romance em que estou trabalhando—*Os mysterios do Porto*, e estive tres semanas hospedado com minha mulher e minhas filhas no Hotel de Paris.

Jantava todos os dias na mesa redonda e tinha por vizinho um rapaz sympathico, muito amavel, muito obsequioso, com quem tive relações.

Esse rapaz chamava-se Sampaio, era natural do Porto, tinha enluvado ha pouco d'uma senhora, por quem tivera grande paixão, cujo tumulo ia visitar todos os dias ao cemiterio de Agramonte.

O sr. Sampaio tinha uma filhinha que estava a educar n'um recolhimento, no recolhimento de Santo Ovidio se bem me lembro. Elle gostava muito das minhas pequenas, fazia-lhes muitas festas, um dia levou-lhes umas bonecas, e prometteu-lhes que antes de nos sairmos para Lisboa levaria lá um dia a jantar, ao hotel, a filhinha d'elle, a sua Bertha, para as minhas pequenas brincarem com ella.

E assim fez. Um dia Sampaio apresentou-nos a sua filha.

Era uma creança franzina, debil, mas bonita, muito bem educada, já muito instruida e por quem se via bem que o



O PRINCEPE DE BISMARCK NO SEU RETIRO DE FRIEDRICHSRUHE

(Segundo uma photographia de Strumper & C.º de Hamburgo)

pae era doido. Vim para Lisboa e estive um anno sem tornar a ver o meu visinho da mesa redonda do Hotel de Paris.

No verão passado, uma noite, na Avenida, encontrei-o.

Reconheceu-nos e estivemos conversando largamente.

Sampaio era um bom cavaqueador, era alegre, divertido, esteve-me contando varias historias do Porto, dando-me algumas informações que me poderiam servir para o meu romance.

Depois encontrei-o varias vezes por ali, especialmente no Chiado, a porta da loja do Varela, onde este inverno se deu aquella medonha explosão que tanta sensação causou em Lisboa, e alguém explicou-me que a persistencia do Sampaio n'essa loja violava d'elle cortejar uma caixa de inglaterra da loja, com quem depois ouvi que estava para contrahir casamento.

Passé um tempo sem tornar a ver o Sampaio e um dia soube que elle morrera de repente, d'uma congestão, no Porto, no mesmo Hotel de Paris em que eu o conhecera.

Tive pena d'elle, coltado! e sobretudo lamentei a sorte da filhinha que ficava tão nova, tão criança orphã de pae e mãe.

Ha dias no principio da semana santa, os jornaes noticiaram um telegramma do Porto, que uma familia d'ali fora envenenada por umas amendoas que da Lisboa tinham sido remetidas, tendo já morrido um pequeno de 13 annos, chamado Mario e estando em perigo de vida duas outras crianças, que tambem tinham comido das taes amendoas.

Ao ver esse telegramma não me passou pela cabeça a idea d'um crime, tomei esse desastre a conta d'esses desastres casuaes, involuntarios, que infelizmente se dão a miúdo, calculei que o envenenamento fosse produzido pelas amendoas sem ninguém ter d'isso culpa consciente, envenenamento devido ao pouco cuidado e negligencia na limpeza nas vasilhas de cobre em que se fabricam as amendoas.

No dia immediato uma ampliação d'essa noticia dada em telegramma fez-me duvidar um pouco da casualidade do desastre. O envenenamento não fora produzido pelas amendoas, mas sim pelos bombons de chocolate com creme, e ali a intoxicação casual já não se explicava tão facilmente.

A autopsia feita á pobre criança envenenada, reconhecendo no cadaver vestígios de morfina e de belladonna, veio afastar a hypothese de envenenamento casual e mostrar á policia que se achava em frente d'um crime, d'um crime mysterioso e monstruoso, de que era preciso conhecer o segredo.

As primeiras pesquisas a que se procedeu confirmaram immediatamente a existencia do crime.

As amendoas tinham sido remetidas de Lisboa como encomenda postal á Bertha Sampaio, a filha do nosso infeliz amigo por uma pessoa que nem ella, nem ninguém de sua casa conhecia.

O nome que figurava no bilhete da remessa era evidentemente um nome supposto e esse mysterio denunciava claramente a intensão criminosa de quem remetia as amendoas.

A policia de Lisboa e do Porto procedeu logo ás suas investigações e com tanta habilidade e felicidade que parece estar hoje na pista do descobrimento do criminoso.

Seguimos de perto o trabalho intelligentissimo da policia de Lisbon, e tivemos n'isso um verdadeiro prizer de artista, porque o sr. Dr. Pedrosa de Lima, o commissario da segunda divisão policial, que tomou a seu cargo em Lisboa a investigação do crime, houva-se n'esse trabalho difficil com o talento superior e a finura distincta d'um verdadeiro juiz d'instrução francez, d'esses juizes muito habéis, muito finos, muito prespicaces, que figuram nos romances de Gaboriau.

É claro que não podemos dar por enquanto conta d'esse trabalho, nem narrar não só os processos de que a policia se tem servido para descobrir a verdade, mas as descobertas que n'esse caminho já tem feitas, o que podemos desde já affiançar é que se trata d'um crime monstruoso, como ha muito tempo não se pratica nenhum — que se saiba, é bom sempre dizer-se — no nosso paiz, um crime tenebroso, complicado, que como já dissemos parece phantasiado e planeado por Xavier de Montepia ou por Eugenio Chovette.

A policia adquiriu quasi que a certeza de que a morte do pae de Bertha, o sr. José Antonio Sampaio, fallecido ha dois ou tres mezes no Hotel de Paris no Porto, não foi devida a congestão como então se disse, mas sim a um envenenamento tambem, a um crime que se relaciona com esse crime d'hoje, que seria o primeiro acto d'essa si-

nistra tragedia, que a habilidade da policia veio interromper antes do seu desenlace.

E podemos revelar isto sem indispção, porque os jornaes do Porto dão já esta noticia, annunciando tambem que a justiça vai proceder á autopsia do cadaver do infeliz Sampaio.

Acerea do movel d'este espantoso crime pensou-se no principio que seria a vingança, mas hoje parece provado, como os mesmos jornaes dizem, que foi unicamente a ambição, e que se trata d'um negocio de herança.

É provavel que o crime seja em breve provado e então quando elle fór contado com todo o seu mysterioso enredo, os nossos leitores dirão se tinhamos ou não temos razão quando dissemos, que a verdade é ás vezes tudo o que ha de mais inverosimil, e que muitas vezes os capitulos mais absurdos, mais melodramaticos dos romances de sensação, que a critica despreza como desparatados e inverosímeis, são mais realistas, mais verdadeiros que todos os romances mais terra a terra da escola naturalista.

Estes dez dias foram de crimes estranhos e de desastres tragicos.

A noticia do envenenamento no Porto, temos que acrescentar a noticia da sinistra desgraça de Bocca do Inferno, em Cascaes, d'aquella Bocca do Inferno, que nunca justificou tanto o seu titulo como agora.

Na sexta feira de paixão foi muita gente passear a Cascaes, e tres rapazes de Lisboa, d'um dos quaes ainda não foi possível estabelecer a identidade, desceram no ultimo pavimento da gruta do Inferno.

Um pescador, o Engeitado, que estava ali, avisou-os de que aquelle sitio era perigoso e que viessem para cima.

Os rapazes tiram-se da advertencia e deixaram-se ficar.

D'ali a nada veio uma onda e levou-os a todos tres. Um d'elles que sabia nadar quiz ainda lutar, mas em vão; foi vencido pela vaga e todos tres encontraram a morte ali onde iam buscar o divertimento.

Mas não parem aqui as proezas da tal Bocca do Inferno.

Dois dias depois, um rapaz de 20 annos, bom nadador, filho do mesmo Engeitado que avisára inutilmente os pobres rapazes, referindo a alguém o sinistro caso quiz mostrar que se algum d'elles soubesse nadar bem não teria morrido.

E para provar o que dizia, elle, bom nadador, atirou-se ás ondas no sitio em que os tres succumbiram.

Atirou-se e nunca mais appareceu, o lá ficou como os outros desgraçados.

Efectivamente aquella bocca é a bocca do inferno.

O theatro de S. Carlos acabou a sua epoca com uma festa excepcionalmente brilhante: a festa da Tetrizini.

Ha muito tempo que não se via entusiasmo igual em S. Carlos, como ha muito tempo tambem não vem a Lisboa cantora que além dos seus grandes dotes artisticos, caisse tanto nas sympathias, e podiamos mesmo dizer na adoração do nosso publico como Eva Tetrizini.

O seu successo este anno, segunda epoca que veio a Lisboa, foi ainda maior que na epoca anterior: a estrella da companhia era ella e foi ella positivamente quem salvou a empresa e a epocha, a unica cantora que este anno levou gente a S. Carlos, produziu entusiasmo e conquistou unanimidades ovacões.

Parece-nos que a empresa teria fôco bem em reconduzi-la para o anno: segundo consta effectivamente fallou-lhe n'isso mas muito tarde, quando a Tetrizini estava já escripturada para Madrid.

E prima dona que vier para a proxima epoca tem que ser muito boa para poder lutar e vencer a recordação que deixou a Tetrizini.

Um anedocto da actualidade.

No atterro duas peixeiras tem uma questão reñida.

Uma d'ellas pondo a mão na cinta, *les poings sur ses hanches* despejou para ali, contra a sua collega todo o vocabulario mais frisante da sr.^a Angot.

A outra ouviu, ouviu, e quando toda a gente esperava, que pondo tambem a telha no chão lhe respondesse no mesmo tom, contentou-se em dizer-lhe em tom provocante:

— Pois sim, vai dizer-mo isso nas gazetas, sa és capaz!

Gervasio Lobato.

O PRINCEPE DE BISMARCK

Dois grandes vultos politicos encontramos na segunda metade d'este seculo, ambos trabalhando pela unidade dos seus paizes e ambos realçando o seu sonho com superior engenho e admiração das gentes.

Na Sardenha Cavour, na Prussia Bismarck. Na Sardenha Cavour secunda os esforços de Victor Manuel para a unidade da Italia, e tem o seu lado a espada audaciosa de Garibaldi para o auxiliar na grande empreza.

Na Prussia Bismarck secunda os desejos de Guilherme I em unir a Alemanha n'um grande imperio, e tem em Moltke o grande general que faz triumphar esse vasto plano, dando a victoria ás armas allemãs contra a França e fazendo acclamar em Versailles Guilherme I imperador da Alemanha unida.

Não nos parece que seja chegado o momento de avallar devidamente a importancia e estabilidade da obra d'estes dois grandes estadistas.

As suas obras são determinadas por causas diversas e as justas sympathias que acompanharam e se tem mantido com respeito á obra de Cavour, não são talvez as mesmas que se tem manifestado a respeito da obra de Bismarck.

A unidade da Italia tem-se sustentado no apoio geral do povo italiano, sem violencias ou jugo. A unidade da Alemanha tem-se sustentado no apoio das bayonetas sob a vontade do ferro da grande chancellier.

E por isso que temos duvidas sobre a estabilidade d'esta ultima, duvidas que só o futuro poderá destruir ou confirmar, mostrando que a obra de Bismarck foi tão duradoura e útil como a de Cavour.

Cavour teve a grande ventura de morrer, vendo a Italia unida. Bismarck ainda vive não sabemos se para ver consolidar cada vez mais a sua obra, se para a ver abalar nas bases em que a fundou.

Seja como fór o seu vulto grandioso dominará na historia a par dos grandes homens que ella immortalisa, e Bismarck na sua vivenda de Friedrichorhe para onde acaba de retirar-se da vida politica, se não acrescenta mais nenhuma folha á sua corôa de heroe, tambem a não ganhará no seu antigo posto, onde a sua influencia principiava a esfriar.

Elle tanto reconheceu isto que não desistiu do seu proposito de largar o poder, apesar das instancias do moço imperador Guilherme II para o convencer a seguir a nova politica imperial.

Evidentemente o grande chancellier julgou-se incompativel com a politica de Guilherme II, e eis porque o colosso que engrandecera a Alemanha, que chamou a si todas as atenções do mundo por mais de um quarto de seculo, que fez depender da sua vontade a paz ou a guerra da Europa, se retirou á vida particular, á simplicidade espartana do seu viver, contando 73 annos de idade que os completou no 1.^o d'este mez.

O antigo chancellier hoje já não o procuram na chancellaria do imperio, mas na sua vivenda de Friedrichorhe proximo de Hamburgo, onde o representa o retrato que publicamos na primeira pagina copindo de uma photographia tirada no jardim.

N'este retrato veem-se dois accessorios que tom a sua historia: a pequena mesa redonda a que Bismarck encosta o braço direito, é uma mesa velha de pé de gallo onde se pôde lêr, gravada em uma chapa do cobre, a seguinte inscripção em allemão: «Sobre esta mesa se firmaram os preliminares da paz entre a Alemanha e França a 26 de fevereiro de 1871, em Versailles rua de Provence numero 14.» A dona d'esta mesa M.^{me} Tessé proprietaria da casa onde se firmaram os preliminares da paz, recusou-se a vendê-la apesar de Bismarck lhe offerecer bom preço por ella, mas a final cedeu-a a um negociante de moveis a quem o chancellier encarregou de lh'a obter, em troca de outra mesa nova perfeitamente igual á velha.

A bengala que Bismarck segura na mão esquerda, é uma bengala muito simples, mas que tem gravada, em pequena chapa de prata, uma inscripção commemorativa recordando que Bismarck levava na mão aquella bengala no dia em que se deu a batalha de Koeniggratz. Esta bengala acompanha sempre o chancellier.

A sua habitação de Friedrichorhe é de uma grande simplicidade.

Decorada muito mais para o espirito que para a commodidade da materia, vêem-se ali grandes quadros entre os quaes avultam os retratos do imperador Guilherme I e familia imperial, Thiers, Beaconsfield, Moltke e outros personagens importantes; esculturas de primeira ordem, e uma bi-

biblioteca riquíssima d'obras dos mais notáveis autores de todos os países.

A vida íntima do Príncipe de Bismarck é de uma simplicidade extrema, e no seu trato mal se conhece o grande chancelier a quem o mundo se curva.

O imperador Guilherme II ao aceitar a demissão de Bismarck, agraciou-o com o título de Duque de Lauenburg e as honras de supremo general de cavallaria e marechal de campo.

Não sabemos se estas graças imperiaes seriam consolação sufficiente para o homem, que com a sua grande energia e talento politico realisou a unidade germanica sob o grande imperio allemão e fez respeitar-se e admirar-se pelo mundo inteiro.

C. Alberto.



AS NOSSAS GRAVURAS

JULIO MARQUES DE VILHENA

NOVO MINISTRO DA MARINHA

Por decreto dictatorial publicado no «Diário do Governo» de 7 da corrente, foi creado um novo ministerio de Instrucção Publica, e nomeado para seu respectivo ministro o sr. João Arroyo que estava occupando a pasta da marinha e ultramar. Para a vaga deixada pelo sr. João Arroyo na pasta da marinha, foi nomeado o sr. Julio de Vilhena de que publicamos o retrato a pag. 84.

O sr. Julio de Vilhena é um estadista já experimentado, que pela terceira vez é chamado aos conselhos da coroa, tendo sido pela primeira vez ministro em 1881, encarregado da pasta da marinha e ultramar, no ministerio presidido por Antonio Rodrigues Sampaio.

A sua administração foi das mais intelligentes e fecundas que tem passado por aquelle ministerio, apesar de apenas ter durado de 15 de março a 25 de novembro de 1881, em que passou para a pasta da justiça, no ministerio presidido por Fontes Pereira de Mello.

Um dos seus actos administrativos mais importantes para a nossa dominação colonial, foi a criação das estações civilisadoras, como meio mais prompto de occupar e estabelecer a soberania de Portugal em Africa, principiando pela região do Zaire.

A execução completa d'este plano teria assegurado a Portugal a posse indisputavel dos seus dominios africanos, e evitada que estrangeiros se apossassem de territorios portuguezes por não os encontrarem devidamente occupados.

As resoluções da conferencia de Berlim tinham sido previstas pelo novo ministro da marinha, assim como as pretensões de Stanley, em se apossar da foz do Zaire para o celebre Estado Livre do Congo, pretensões que procurou annular, estabelecendo como porto principal da navegação para Africa contratada com a «Empresa Nacional» o Zaire, e estabelecendo n'este rio uma navegação por meio de pequenos vapores de que se chegou a adquirir um denominado *Vilhena*, em homenagem ao ministro que tomava tão util iniciativa. A sabida, porém, do sr. Julio de Vilhena do ministerio da marinha, fez com que estes planos não tivessem a completa execução que seria para desejar, o que mais uma vez demonstra quanto é precario para a boa administração das cousas publicas, a instabilidade e mutação frequente de ministros, determinadas pelas exigencias da nossa politica.

A missão de Huilla, uma das mais prosperas que hoje existem na nossa Africa, tambem foi criada pelo sr. Julio de Vilhena.

Como meio pratico e seguro de garantia á nossa dominação em Africa e de desenvolver e explorar as suas riquezas, tratou de regular a emigração para aquelle paiz, subsidiada pelo Estado para o que destinou a quantia de trinta contos annualmente.

Outras medidas todas tendentes a melhorarem as condições economicas das colonias portuguezas, se devem á sua esclarecida iniciativa, e não deixaremos de mencionar ainda a sua reforma administrativa do ultramar, extremamente liberal, mas que por isso mesmo encontrou grande opposição nos governos locais e não foi posta em pratica.

A sua gerencia como ministro da justiça, não foi tão feliz como a da marinha, pelas difficuldades que se oppozeram ás suas medidas respeitantes á nomeação de bispos e circumscripção

diocesana, de que resultou o conflicto bem conhecido com o nuncio de Sua Santidade monsenhor Mazella.

Apesar d'estas contrariedades que por muito tempo lhe absorveram uma boa parte das suas attentções, o illustre estadista preparou varias propostas que não chegou a apresentar no parlamento como ministro, mas que apresentou como deputado.

Essas propostas foram a dotação do clero, o registo civil, a revisão das sentenças em materia criminal, a assistencia judiciaria e o regulamento das prisões sem culpa formada.

Esta breve resenha dos actos do sr. Julio de Vilhena nas suas gerencias como ministro da marinha e da justiça, justificam plenamente os creditos de estadista que acompanharam o novo ministro da marinha.

A ESQUADRA INGLEZA NA AFRICA ORIENTAL.

Damos hoje á estampa os navios de que se compõe a esquadra ingleza que actualmente cruza nas aguas de Moçambique; esta esquadra organisa-se em Zanzibar debaixo do commando do Rear-Admiral Sir E. Fremantle, a bordo da corveta «H. M. S. Boadicea» e do Rear-Admiral R. Wells segundo commandante a bordo do cruzador de segunda classe «Raleigh». (1)

Esta esquadra é composta dos seguintes navios: Corveta «Boadicea» construida de ferro em 1875 de 3140 toneladas. 5130 cavallos com o andamento de 14,70 milhas e 24 boccas de fogo.

Cruzador de segunda classe «Raleigh» construido de ferro em 1873 de 5300 toneladas, 5340 cavallos com o andamento de 15,50 milhas e 24 boccas de fogo.

Cruzador de terceira classe «Calliope» construido de aço em 1884 de 2770 toneladas, 4010 cavallos com o andamento de 13,75 milhas e 16 boccas de fogo.

Cruzador de terceira classe «Cornwall» construido de aço em 1878 de 3380 toneladas, 3340 cavallos com o andamento de 13 milhas e 14 boccas de fogo.

Cruzador de terceira classe «Touquise» systema Composite, construido em 1876 de 3120 toneladas 1990 cavallos 12,31 milhas e 14 boccas de fogo.

Cruzador de terceira classe «Satellite» systema Composite, construido em 1881 de 1420 toneladas, 1140 cavallos com o andamento de 13,10 e 8 boccas de fogo.

Aviso torpedeiro, systema Composite, construido em 1879 de 1180 toneladas, 1090 cavallos com o andamento de 11,60 milhas e 6 boccas de fogo.

Aviso torpedeiro «Reindeer» do systema Composite construido em 1883 de 970 toneladas 12030 cavallos com o andamento 11,50 milhas e 6 boccas de fogo.

Cruzador torpedeiro «Brisk» construido de aço em 1886 de 1770 toneladas, 3500 cavallos com o andamento de 17 milhas e 14 boccas de fogo.

Canhoneira «Algerine» systema Composite, construido em 1880 de 835 toneladas, 810 cavallos com o andamento de 10,30 milhas e 4 boccas de fogo.

Nenhum d'estes navios é couraçado. Além d'estes navios tem a Inglaterra nas vizinhanças das nossas colonias, mais forças navaes em que se conta o cruzador «Australia» de 51000 toneladas, que esteve fundido em Cabo Verde no dia 11 de janeiro, dia de triste recordação para os portuguezes. O commandante d'este navio, no dia 24, na occasião em que os portuguezes feridos no seu amor patrio protestavam contra a Inglaterra, mandou desembarcar a sua banda de bordo e na praça publica denominada D. Luiz, tocar o hymno inglez *God Save the Queen*.

Para compensar em Moçambique recusaram vender mantimentos ao consul e officiaes inglezes, do navio de guerra «Reindeer».

O GENERAL DE DIVISÃO CONSELHEIRO ANTONIO FLORENCIO DE SOUSA PINTO

Nas fileiras do exercito portuguez vão rareando cada vez mais os bravos soldados que tiveram o seu baptismo de fogo nas campanhas da liberdade, esses heroes de hontem, que com o seu esforço e audacia conquistaram para a patria as liberdades de que todos gosamos, mas que nem todos avaliamos, devidamente, quanto custaram a conquistar.

Foi Antonio Florencio de Sousa Pinto um

d'esses luctadores, que despindo, por assim dizer, os fatos ainda da infancia, vestiu a farda do soldado, indo a jogar a vida nos azares da guerra, pela liberdade dos seus conterraneos.

Tinha apenas 15 annos, quando voluntariamente se alistou nos batalhões que o duque da Terceira organisou para defender Lisboa.

Antonio Florencio de Sousa Pinto nasceu em Abrantes, a 27 de fevereiro de 1818, e aos seis annos de idade ficou orphão de sua mãe, D. Maria Manuel Benedicta da Silva Pereira Pinto, virtuosa senhora, descendente pela parte materna de uma dama da rainha D. Maria Anna, esposa de D. João V, que da Allemannha viera com esta princeza para Portugal.

Seu pae que, tambem como elle, se chamava Antonio Florencio de Sousa Pinto, foi um distincto official de artilheria, que devotado ao partido liberal, teve de emigrar para o estrangeiro.

N'estas precarias circumstancias se encontrou Sousa Pinto, nos primeiros annos da sua vida, e mal tendo concluido os primeiros estudos elementares, matriculou-se na Academia Real de Marinha, obtendo logo no primeiro anno do curso o terceiro premio pecuniario.

A entrada do exercito libertador em Portugal foi uma corrente electrica que percorreu todos os corações juvenis, onde se abrigavam as mais nobres aspirações da liberdade, e fez reunir em torno dos heroes libertadores, toda aquella mocidade entusiastica, offerecendo espontaneamente a vida em defesa da causa, por que vinham combatendo os exilados da patria para resgatarem o berço d'onde o despotismo os tinha expulsado.

Foi assim que a Sousa Pinto, como a muitos outros, lhe nasceram as barbas combatendo com as armas na mão nos campos de batalha.

Tomou parte na defesa das linhas de Lisboa, seguiu com o exercito até Santarém, e d'ahi até Évora Monte, onde se firmou a convenção.

Terminada esta campanha, Sousa Pinto alcançou licença para continuar os seus estudos, e depois de ter concluido aos 19 annos de idade o curso de artilheria, sendo promovido a alferes, seguiu o curso de engenharia que tambem concluiu com distincção obtendo varios premios.

Colocado em artilheria foi n'esta arma que tomou parte nas campanhas da guerra civil da Maria da Fonte, sempre fiel á causa da rainha.

No cerco de Almeida, em 1844, distinguio-se valorosamente, pelo que lhe foi conferido o grau de cavalleiro da Torre e Espada. Depois distinguio-se na acção de Torres Vedras, o que lhe valeu o ser agraciado com o officialato da mesma ordem.

Fazendo parte do exercito que em 1851, sob as ordens do El-Rei D. Fernando, se oppunha aos revoltosos, exercito que, como é geralmente sabido, se passou para o marechal Saldanha, Sousa Pinto conservou-se sempre fiel a El-Rei D. Fernando, apesar de todas as instancias e promessas que lhe fizeram para se passar para o marechal.

Em 1851 terminaram felizmente as dissensões politicas que tinham posto o paiz em armas, e Portugal entrou n'um periodo de paz que tem chegado até hoje.

Começou então uma nova phaza da vida de Sousa Pinto, em que não são menos importantes os seus serviços como official intelligente illustrado.

Em 1856 foi encarregado de dirigir as experiencias do transporte e do tiro da nova artilheria, e desempenhou-se com tanta proficiencia d'esta commissão, que foi louvado em ordem do exercito pelo proprio marechal contra quem elle se tinha pronunciado cinco annos antes. Nisto se honraram os dois illustres militares.

Em 1858 foi nomeado ajudante de campo do inspector do Arsenal do Exercito, o general Joaquim Guilherme da Costa, passando depois a chefe da secretaria da inspecção do mesmo arsenal.

Em 1863 foi promovido a major do regimento de artilheria 1.ª e em seguida chefe do Estado maior da mesma arma.

Em 1879 subiu ao posto de tenente coronel e chefe do gabinete do ministro da guerra, cargo que exerceu com os seguintes ministros: general Maldonado, conselheiro Lobo d'Avila (hoje conde de Valhom), duque de Saldanha, marquez de Sá da Bandeira, general Rego e conselheiro Fontes Pereira de Mello.

A variedade de opiniões politicas d'estes ministros e a conservação de Sousa Pinto em cargo de tanta importancia, provam cabalmente a grande confiança que a todos merecia a sua provada lealdade.

Uma das mais frisantes demonstrações d'esta confiança, é que tendo succedido a revolta de 19 de maio de 1870, sendo ministro da guerra Lobo

(1) Este navio é bastante conhecido em Lisboa por ter abalruado no Tejo com a corveta portugueza *Rainha da Portugal* (vide *Ocidente* n.º 362).

d'Avila, o ministro que lhe succedeu, duque de Saldanha, conservou Sousa Pinto no seu lugar de chefe do gabinete do ministro.

Em 1873 o seu estado de saúde obrigou-o a retirar-se d'aquelle cargo, sendo então nomeado chefe da repartição dos estudos militares, onde serviu até 1876.

N'este anno foi nomeado successivamente general de brigada e director geral de artilheria.

Por esta occasião o sr. D. Fernando—o illustre principe que tão bem sabia apreciar o merito, a virtude e o talento—nomeou-o seu ajudante de campo, dizendo-lhe: «Ha vinte annos contrahi a divida que satisfação agora.» Alludia aos serviços que lhe prestara e que já referimos.

No exercicio d'este cargo se conservou Sousa Pinto, até à infesta morte d'aquelle principe, recebendo d'elle muitas e inequivocas demonstrações da mais intensa amizade e do mais vivo apreço.

Em 6 de março de 1877 foi chamado ás altas funções de ministro e secretario de Estado, cargo que recusou obstinadamente e que só accetou depois de lhe serem accetadas as duas condições—de o exercer interinamente, e de ser substituido o mais breve possível.

Em 27 de dezembro de 1877 foi elevado a par do reino.

Em 29 de janeiro de 1878 foi exonerado do cargo de ministro de estado e nomeado secretario de estado honorario.

Em 8 de junho de 1878 tendo El-Rei D. Fernando resolvido fazer uma digressão

pela Europa escolheu o general Sousa Pinto para o acompanhar a Hespanha, França, Suissa e Italia.

Posteriormente á infesta morte de El-Rei D. Fernando foi Sousa Pinto nomeado ajudante de campo de El-Rei D. Luiz.

Em 10 de setembro de 1885 foi promovido a general de divisão, e n'este posto morreu cercado pela veneração de todos os membros do exercito que viam n'elle uma das suas preciosas reliquias e um exemplar muito honroso das mais subidas qualidades que devem encontrar-se nos defensores da patria.

Sousa Pinto foi um escriptor elegante, fluente e erudito, occupando-se sempre de assumptos militares, por maneira que deixa evidenciados os seus copiosos conhecimentos que o tornam uma incontestavel autoridade.

A *Revista Militar* de que foi redactor durante 37 annos contém bastantes e valiosas provas das qualidades que lhe reconhecemos como escriptor.

Era um talento de primeira ordem, assim como foi sempre um official distincto e benemerito.

São numerosos os louvores que officialmente recebeu em memoria dos seus serviços.

Em 15 de março de 1853 foi louvado pelos seus sentimentos humanitarios; em 21 de maio de 1844 pela maneira como commandou a artilheria no cerco de Almeida; em 21 de outubro de 1856 pelas sabias disposições e bom emprego da força debaixo das suas ordens; em ordem do exercito n.º 13 de 1857 pela maneira distincta porque se



CONSELHEIRO JULIO MARQUES DE VILHENA

NOVO MINISTRO DA MARINHA E ULTRAMAR

(Segundo uma photographia)



A ESQUADRA INGLEZA NA AFRICA ORIENTAL

Desenho de J. Pariañ

desempenhou da comissão de experiencia de transporte e tiro; em 25 de maio de 1848 pela boa disciplina das forças debaixo das suas ordens; em 27 de agosto de 1861 pela maneira como exerceu as funcções de chefe da repartição do exercito; em 4 de agosto de 1863, pela maneira como desempenhou o cargo de ajudante de campo; por portaria de 13 de fevereiro de 1868 foi louvado especialmente pela actividade e intelligencia bem provadas que mostrou na commissão consultiva sobre acquisição de bocas de fogo; em 13 de janeiro de 1869 pelo zelo que empregou nos trabalhos da commissão encarregada da organização das reservas; em 4 de março de 1869 pelo zelo e intelligencia que desenvolveu nos trabalhos da commissão encarregada de escolher o melhor systema de armamento para o exercito; em 20 de abril de 1870 pela pericia e promptidão emprega-

serviço dos seus carros para passageiros, a qual tem dado bom resultado.

Essa innovação consiste em applicar a machina de vapor á tracção dos seus carros, nas carreiras que os mesmos fazem na cidade.

Esta machina, que a nossa gravura representa, é do systema Menjeather, da velocidade maxima de 20 kilometros por hora, (velocidade que não chega a empregar por o não permittirem as posturas municipaes) com capacidade na sua caldeira para 640 litros d'agua, e da força de 15 cavallos.

O seu consummo de combustivel é muito limitado, reunindo assim vantagens economicas muito importantes, em relação ao consumo de muares por que é feita a tracção dos carros americanos.

da linha de Lisboa a Cintra e a Torres Vedras, D. João da Camara não fez representar nenhuma peça, não publicou nenhuns artigos — e mesmo d'este nenhum, não estou bem certo, porque se a memoria me não falha durante esses annos sempre de vez em quando apparecia lá n'um jornal qualquer um conto ou uma poesia assignada por João da Camara — mas por não trabalhar activamente, que se visse, no campo litterario, não se tira d'ahi que elle o seu bello talento estivesse inactivo e lembro-me perfeitamente que nas raras vezes, que durante esses annos D. João da Camara veio a Lisboa, me fallou n'um romance em que estava pensando, um romance lembrado e observado nos trabalhos da construcção das linhas ferreas a que elle estava assistindo, e que deveria ter por titulo a *Trincheira n.º tantos*, romance para que elle tinha já architectada uma serie de peri-



O GENERAL DE DIVISÃO
CONSELHEIRO ANTONIO FLORENCIO DE SOUZA PINTO

FALLECIDO EM 18 DE FEVEREIRO DE 1890

(Segundo uma photographia de Campos)

das no serviço do armamento das praças maritimas, de que foi encarregado, etc. etc.

Esta breve synopse fala mais eloquentemente que dilatados e pomposos elogios.

Souza Pinto possuía as gran-cruzes de Carlos III de Hespanha, da ordem de Ernesto Pio de Saxe, e da ordem de S. Bento de Avis, era official da Torre e Espada, condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade e com a medalha de ouro de valor militar e bons serviços e de comportamento exemplar e outras. Era presidente da Associação Central 1.º de Dezembro de 1640 e da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.

Falleceu na sua casa de Lisboa, rua das Portas de Santo António, aos 18 de fevereiro do corrente anno.

NOVA MACHINA DE TRACÇÃO

PARA OS CARROS AMERICANOS

A Companhia dos Carris de Ferro Americanos de Lisboa acaba de introduzir uma innovação no

O DRAMA «D. AFFONSO VI.» E O SEU AUCTOR

D. JOÃO DA CAMARA

(Continuado do n.º antecedente)

Mas como todos aquelles que desde o berço foram sempre possessos da tentação do theatro, D. João da Camara deixava-se de theatro e de litteratura por pouco tempo.

E mesmo deixar-se de litteratura não passa d'um modo de dizer.

Durante os annos em que andou em trabalhos de campo na continuacão da linha ferrea de Caceres, e depois—de 1879 a 1886—na continuacão

peças dramaticas muito interessantes, e sobre tudo muito novas pois o meio em que a acção se passava não tinha sido ainda explorado entre nós.

Não sei em que alturas D. João da Camara deixou o seu trabalho se o continuou ou se o abandonou de vez, se tal fez é pena porque o bello talento dramatico de que o extraordinario successo do *D. Affonso VI.* é uma prova brilhantissima, faria com certeza d'esse romance uma verdadeira obra de sensação.

Concluidos os trabalhos da linha de Caceres, em 1879, D. João da Camara voltou a fazer serviço na Repartição, mas por pouco tempo, porque d'ali a semanas era chamado como dissemos para os trabalhos da linha de Cintra.

Esses trabalhos duraram até fins de 1886, mas muito mais perto de Lisboa, D. João da Camara vi-

na a miúdo á capital, dava a sua assalada nos theatros e em 1888, Augusto Rosa recitou com certo successo no theatro de D. Maria, um monologo em verso, de D. João da Camara, intitulado *Os Gatos* e que tinha bons versos e sobretudo originalidade.

Nesse mesmo anno em 14 de dezembro o theatro do Gymnasio deu tambem, em beneficio do actor Mello uma nova comedia de D. João da Camara, um acto em verso intitulado—*D. Brizida*. Era uma comedia graciosa, mas muito ligeira, d'uma graça demasiadamente litteraria para theatro.

Além d'isso a peça foi ensaiada á pressa e representada mal sabida, e como se isto não bastasse para dar cabo d'ella, na noite em que ella se representava agonizava El Rei D. Fernando.

Durante o espectáculo Pinheiro Chagas, que era então ministro da marinha, e que estava n'um camarote, foi chamado a toda a pressa ao Paço das Necessidades, no pé do rei moribundo; o publico quando sahio do theatro ouviu no silencio da noite o lugubre toque do sino de S. Vicente, annunciando á cidade que estava a morrer alguém da familia real; d'ali a horas expirava el-rei D. Fernando, e no dia immediato os espectáculos eram prohibidos por oito dias em demonstração de lucto pela morte do pae do Rei de Portugal.

Quando cessou a suspensão d'espectáculos a *D. Brizida* estava já esquecida totalmente e nunca mais se representou.

Teve quasi a mesma sorte que a comedia *Ao pé do fogão*, a peça do debut de D. João da Camara, que decididamente parecia ter *guigne* no theatro e cujas duas primeiras peças, em que havia innegavel talento, a revelação de dotes litterarios de grande valor, tinham morrido á nascença, passando quasi desapercebidas do publico.

Nesse mesmo anno de 1886 terminada a linha de Cintra, D. João da Camara foi nomeado para os trabalhos da linha de Torres Vedras que duraram cerca de um anno.

Nos fins de 1887 voltou para Lisboa e foi logo depois para a continuação da linha de Cascaes.

Em maio de 1888 finalmente, nomeado chefe de repartição na administração central dos caminhos de ferro, D. João da Camara assentou a sua residência em Lisboa, teve uma collocação definitiva e pôde então dedicar-se assiduamente e descansadamente nos trabalhos litterarios em que até então trabalhara sempre de levante e simplesmente como um amator.

Foi por esse tempo que a idéa d'um drama tendo por protagonista D. Afonso VI começou a germinar no cerebro de D. João da Camara.

Tom-se dito por ahí que o drama *D. Afonso VI* foi primeiro escripto em prosa por D. João da Camara e que depois de todo concluido em prosa é que o seu auctor pensou em fazel-o em verso, tendo assim de o fazer todo de novo.

É perfeitamente falso isso. Apenas pensou no seu drama, D. João da Camara, pensou logo em fazel-o em verso, e mesmo antes de ter completado o esqueleto da obra, tinha já escripto algumas das scenas principaes da obra, aquellas que mais o seduziam e que mais poderoso effeito dramatico produziram no theatro.

Desde o momento em que a idéa de fazer esse drama se lhe apresentou no espirito D. João da Camara não pensou n'outra coisa, e começou a trabalhar na sua obra com todo o amor d'um artista, com todo o escrupulo d'um investigador.

Estudou minuciosamente a epoca, leu os chronistas e os historiadores do tempo, teve todo esse trabalho enorme e fatigante a que se vê fatalmente obrigado entre nós quem quiser estudar uma epoca, fazer um trabalho historico.

Preso de dia na repartição dos caminhos de ferro pelos deveres do seu cargo, D. João da Camara só tinha as noites e os dias santos para se dedicar a esse estudo difficil e fatigante.

O *D. Afonso VI* levou-lhe cerca d'um anno de trabalho e só no fim do verão do anno passado é que elle concluiu essa obra prima cuja representação veio quebrar triumphantemente a *guigne* que D. João da Camara parecia ter em theatro, essa obra prima que é a affirmacão brilhantissima d'um dos mais poderosos talentos dramaticos que tem apparecido no nosso theatro, e que veio cobrir de gloria o nome do seu auctor e o theatro portuguez contemporaneo.

(Continúa)

Gervasio Lobato

CONFLICTO ANGLO-PORTUGUEZ

A INGLATERRA CONQUISTADORA

V

(Continuado do n.º 406)

O paiz estava perfeitamente entregue nas mãos dos inglezes.

Eram elles que davam, pelo tratado de Methuen, o sapo e o pão aos habitantes de Portugal!

N'estas circumstancias quem não recebia nada do Estado tinha de sugar ou morrer de fome.

Mas... fugir! como? Se havia uma lei que applicava rigorosas penas aos que emigrassem.

Morreu o rei D. João V e succede-lhe D. José I. Aqui apparece Pombal, o grande reformador! Este homem singular, conhecedor das tricas vias do inglez annullou-as com traço firme.

Organizando a força publica, rescindindo os tratados feitos com a nação pirata, porque nenhum povo tem o direito de anniquilar outro pela fome e pelo frio, fomentou as artes e as industrias e encheu as colonias de companhias exploradoras; fez resuscitar o Lazaro da agricultura nacional e instituiu a celebre companhia dos vinhos do Douro que matou por completo o monopolio inglez dos vinhos do Porto.

Inglez que reagisse a taes medidas de salvacão era esmagado pela mão forte do marquez do Pombal.

Pombal fez-vos tornar rasteiras como cães!

disse Gomes Leal no seu bello poema *A Infame Inglaterra*, o qua em lingua de pirata quer dizer: —OUR GREAT POMBAL CAUDED YOU TO BECOME AS LOW AS DOGS!

Tam acertada e patriótica foi a administração do grande Sebastião José de Carvalho e Mello, que os dominios de Portugal multiplicaram a população augmentando singularmente a riqueza publica; teve grande incremento o seu commercio e navegação, o credito publico foi restaurado, e a Inglaterra recebeu então de Portugal uma lição que lhe deixou as faces em sangue. E é bom que não fique em esquecimento o seguinte facto.

Boscawen, almirante inglez, teve a ousadia de quebrar a neutralidade portugueza e vir perto da bahia de Lagos, no Algarve, perseguir e queimar alguns navios francezes. O marquez de Pombal obrigou immediatamente os inglezes a darem satisfacção do seu insolito procedimento.

Os inglezes segundo o costume, procuraram sophismar os factos.

É então que Pombal manda a celebre nota diplomatica ao governo inglez, que tanto elevou o brio nacional, e onde se leem as seguintes verdades:

«Muito melhor podemos nós passar sem vós, do que vós podéis passar sem nós: uma só lei pode transformar vosso imperio. Não temos mais que prohibir com pena de morte a sahida do nosso ouro: e elle não sahirá. Verdade é que a isto podéis responder-me que apesar de todas as prohibições elle sempre sahirá, como tem sahido, porque vossos navios de guerra tem privilegio de não serem revistados na sua sahida; mas não vos enganais com isso; se eu fiz que se degolasse um duque de Aveiro, porque attentou contra a vida d'El-Rei, mais facilmente farei enforcar um dos vossos capitães por levar Sua Effigie contra o determinado por lei.

«Ha tempos, em que nas monarchias um só homem pode muito.

«Vós sabeis que Cromwell, em qualidade de protector da Republica Ingleza, seix morrer o irmão do embaixador d'El-Rei Fidelissimos: sem ver Cromwell, eu me sinto tambem com poder de imitar o seu exemplo, em qualidade de ministro protector de Portugal.»

«Fazei logo o que deveis, que eu não farei tudo quanto posso.»

Isto não era uma satisfacção porque Sebastião José de Carvalho e Mello, podia, n'aquelle tempo, além dos recursos nacionaes, lançar sobre o poderio inglez a Hespanha e Franca.

Portugal nunca tirou interesse da alliança ingleza.

A Inglaterra, á sombra da bandeira portugueza enriqueceu-se e tornou-se poderosa. Basta vermos o que succedeu na guerra contra Hespanha e Franca de abril de 1762 a novembro de 1763. Depois da guerra a Inglaterra, devido ao seu aliado de Portugal, alcançou da Hespanha, tudo

que essa possuia na America septentrional a leste e sueste do grande Mississipi; e da Franca: parte das costas de Coromandel e Oriza, e as importantes possessões da America como: as ilhas de Granada, S. Vicente, Dominica e Tabago, a Nova Escocia e o Canada.

Portugal ficou apenas com o que tinha.

Quando, finalmente em 1763 nos vimos em guerra com a Franca, a Inglaterra não nos deu um soldado, nem um ceitil. Ao passo que nos tomava traçoeramente a ilha da Madeira, e Goa na India, a titulo de nos defender dos francezes.

Em 1717 abandonou-nos e temos de pagar á Franca uma consideravel indemnisação de guerra.

Em 1801 deixa-nos esmagar sob o ataque de duas poderosas nações como a Hespanha e a Franca.

De 1810 a 1815 é ainda a Inglaterra que fomenta a intriga no Brazil e prepara a separação de Portugal d'aquelle querido irmão.

Em 1817 assassina publicamente, por ordem de William Carr Beresford, o nozao querido Gomes Freire de Andrade o maior general que o exercito portuguez tem tido no presente seculo!

Em 1823 consegue por meio das suas intrigas arrastar a gloriosa revolução de 1820 que expulsara de Portugal o infame Beresford.

Em 1847 organiza uma intervenção armada para suffocar a Liberdade da nação. E pouco antes havia feito envenenar o barão da Ribeira de S. Brós, o segundo portuguez, que, depois do grande Pombal, lhe tornara a quebrar os dentes.

D'aqui em diante está na mente de todos como a Inglaterra tem sido conquistadora.

O inglez nunca honrou um tratado, porque sempre arraiçoa quem com ella se liga.

O inglez quando se intitula amigo, é para poder roubar sem recelo de lucta.

Cremos ter dito o bastante para provar o que tem sido para nós esse inimigo commun chamado o inglez; nas *Luctas e Progressos das sciencias* recommenda o seu auctor que o remedio contra a pirateria moderna, seria uma federação entre as nações da raça latina: Franca, Portugal, Italia e Hespanha.

Esta federação daria logar a que a Inglaterra ferida, simultaneamente, no Egypto, no Mediterraneo, em Gibraltar, nos mares de Portugal e Hespanha, na Africa Occidental e Austral, na India, em Aden, no Oceano, e na propria Inglaterra por meio da Irlanda,

Esta federação ia interessar todas as nações do continente americano, no sul da grande republica dos Estados Unidos.

Os proprios Estados Unidos entrariam na lucta contra o *inglez* levados pelo elemento irlandez que é ali bem forte.

Assim era a Inglaterra tambem ferida na America; porque lá tem o Canada, a Terra Nova, as Antilhas e a Guyana.

Esta seria a base da federação latina.

Ao embate geral contra a Inglaterra succederia o seguinte: a Hespanha reclamava Gibraltar e as suas ilhas da America podendo alargar a sua influencia na Africa do norte; Portugal reclamava Tanger, o pagamento das avultadas sommas que o *inglez* lhe dava pela posse illegitima de Ceylão e pela illegitima exploração do cravo, canella e das perolas da mesma ilha, e asseguraria o seu legitimo poder na Africa Central e Austral; os Estados Unidos do Brazil reclamavam por seu turno a Guyana; os Estados Unidos da America do Norte, o Canada; as pequenas republicas americanas teriam compensações pelos insultos e extorsões dos piratas inglezes; e Portugal de accordo com a Franca e a Russia não esqueceria seus irmãos da India traçoeramente roubados pelo inimigo commun em Bombaim; a India por sua vez abençoava a raça latina pela seu generoso e civilizador auxilio e apontaria a China, para sempre liberta das bombardas e fuzis dos envenenadores bretões.

Que santa aspiração!...

Manoel Burradas.

INSTITUIÇÕES SOCIAES PORTUGUEZAS

VII

A CENSURA DOS LIVROS E A DIRECÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO PUBLICO

(Continuado do n.º 402)

Em 1836 dando-se a revolução promovida pela soberania nacional contra o governo cartista que tratava de a amordaçar, e sendo proclamados os principios da revolução de 1822, subio ao

poder Passos Manuel, esse vulto gigante que foi como que o elo entre a causa popular e a realista.

D'esse governo saíam as mais importantes reformas administrativas em todos os serviços públicos, não esquecendo a completa organização da instrução popular.

Em 15 de novembro é instituído um «Conselho Geral director do ensino primário e secundário» com sede em Coimbra; no dia 17 são creados os lyceus para a instrução secundaria, devendo na capital de cada districto haver um lyceu; é creada no continente uma comissão inspectora de instrução primaria, no ultramar outra, e nos Açores instituído um conselho provincial de instrução publica.

Pela restauração da Carta, e completo predomínio do partido cabralista, foi extinto o conselho geral director do ensino primário e secundário, e creado em seu lugar o «Conselho Superior de Instrução Publica» devendo este reunir tambem em Coimbra.

O decreto d'esta instituição tem a data de 20 de setembro de 1844. O conselho, que, pelo artigo 155 era encarregado da direcção, regimento e inspecção geral de todo o ensino e educação publica, deveria ser composto: do presidente, que seria o ministro do reino; vice-presidente: o reitor da universidade; oito vogaes ordinarios; alguns vogaes extraordinarios sem numero fixo; um secretario e mais empregados da secretaria.

Os seus trabalhos seriam divididos nas tres secções:

- 1.ª instrução primaria;
- 2.ª instrução secundaria;
- 3.ª instrução superior, devendo cada secção ter um director e um secretario.

Isto permaneceu até 7 de junho de 1859, em que o governo regenerador extinguindo o Conselho Superior de Instrução Publica, creou o «Conselho Geral de Instrução Publica, tendo a sua sede em Lisboa, e devendo reunir no ministerio do reino, sob a presidencia de Fontes Pereira de Mello, então gerindo aquella pasta.

Teria o Conselho oito vogaes effectivos e quatro extraordinarios, devendo serem estes tirados d'entre os professores officiaes, effectivos ou jubilados, socios da academia real das sciencias e outras pessoas doutas.

As funcções do conselho seriam consultiva e d'inspecção, e os seus membros venceriam anualmente 800,000 réis.

Subindo ao poder o novo partido reformista, rehenção do antigo partido progressista, o bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, então ministro do reino, entendeu extinguir o Conselho Geral e substitui-lo em 14 de outubro de 1868 por uma Conferencia Escolar, composta de 18 membros ou delegados, pela maior parte electivos, devendo estes serem escolhidos no principio de cada anno, parte pelas corporações scientificas e litterarias e parte pelo governo.

Os delegados, que venceriam 150,000 réis por cada dia de sessão seriam: — dois pelos directores dos collegios de Lisboa e Porto, um pelo ministerio das obras publicas, devendo representar os ensinos industrial e agricola; e um por cada faculdade de Coimbra.

Tambem ali teriam os seus delegados a Academia Real das Sciencias, a Escola Polytechnica, a Academia Polytechnica do Porto, a Escola Medico-cirurgica do continente, a Escola do Exército, a Escola Naval e cada um dos seminarios diocesanos.

A conferencia seria presidida pelo ministro tendo por vice-presidente o cardeal patriarcha de Lisboa e por secretario o director geral de instrução publica.

Os motivos que actuaram para esta reforma aponta-os o relatorio que a precedeu. Diz elle:

«... não podia nem devia ser permanente uma corporação que, além de ser dispendiosa affastava do exercicio do magisterio muitos professores.

Dizia mais «que era inconveniente occupar sempre os mesmos homens a tratar constantemente das mesmas questões, que além de os fadigar ia affastar da discussão muitos outros individuos praticos em todos os ramos do saber humano, que era de justiça representarem ali os estabelecimentos litterarios e scientificos de todo o paiz.»

Esta reforma justa e perfeitamente sensata, foi recebida com boa sombra por todos os que se interessam pela nossa instrução publica, mas, como, no nosso paiz não ha reforma de serviço publico feita por um partido, que o partido contrario não venha logo destruir ou remodelar, foi o caso que cahindo o gabinete reformista e succedendo-lhe o ministerio historico, presidido pelo duque de Loulé, o decreto de 14 de outubro de 1868 foi revogado e substituido pelo de 14 de de-

zembro de 1869, que veio instituir a «Junta Consultiva de Instrução Publica.

O pretexto foi que na conferencia só podendo reunirem-se os 18 membros n'uma unica epoca — o mez de setembro (desde o dia 1 até ao dia 15) — sendo esta a mais impropria por ser de ferias e medear apenas um mez do encerramento do anno lectivo, a conferencia não podia corresponder ao fim desejado.

O relatorio terminava — que a existencia d'um congresso permanente auxiliando o governo com o seu esclarecido parecer, experiencia e pratica n'esse ramo, era de urgente necessidade, e por isso se creava a Junta Consultiva, que melhor devia preencher os fins a que se propunha o governo.

A Junta seria tambem presidida pelo ministro do reino, seu vice-presidente seria o director geral de instrução publica e o secretario um official que a direcção designasse.

Os vogaes seriam de nomeação regia tirados d'entre os lentes e professores de instrução superior e outras pessoas de relevante merito litterario e scientifico. Estipulou-se por gratificação a cada vogal apenas a quantia de 200,000 réis annuaes e impunha-se-lhes a todos o dever de se reunirem uma vez por semana!

(Continúa)

Silva Pereira.

A COMEDIA DA VIDA

O ROMANCE D'UM AMANUENSE

XX

À porta da rua o Quim parou outra vez, voltando-se para traz, para o major, disse ainda:

— Veja lá?

— Já vi. Está visto.

— Está visto?

— Está.

— Não consente que eu no menos dê uma moratoria de oito dias á sua perna e á minha honra?

— Não senhor, não quero moratorias. Siga o seu radiante caminho.

— Bem? Vou segui-o? Adeus, outra vez adeus! disse o Quim e desceu resoluta pela escada a baixo.

Mas ao chegar ao patamar a sua resolução já já um pouco abalada, e os degraus do ultimo lance desceu-os quasi que a passo.

As palavras do major Rodrigues dançavam-lhe uma dança vertiginosa lá dentro do cerebro.

Aquella promessa solenne que o major lhe fizera de vingar a sua morte, no caso da sorte das armas lhe ser adversa, enchia-o de gratidão pela dedicadissima amizade do seu vizinho, mas não o enchia lá muito de prazer.

Desde que tomara a resolução heroica de ser valente, desde que por um esforço de vontade se tornara feroz espadachim, o Quim ainda não tinha encarado nem de perto nem de longe a hypothese de ficar mal nos combates que ia provocar, de levar para o seu tabaco no campo da honra.

As palavras do major porém, fiseram surdir essa desagradavel hypothese no seu espirito, e francamente o Quim não a achou muito risonha.

Lá a idéa de que a sua morte seria vingada pelo major Rodrigues não lhe sorria demasiadamente.

Achava já vingança de mais, elle a vingar a honra ultrajada, o major a vingar o seu passamento...

E quando ia a pôr o pé na rua, fóra da porta, esbarrrou n'um transeunte que passava rento do degrau.

Recuou, naturalmente, um pouco, para o deixar passar, mas n'esse movimento, attentando casualmente no tal transeunte reparou que elle era coreando a valer.

E então recuou ainda mais horrorizado, todo cheio de enguicho.

Outra observação que ao mesmo tempo fez, aterrou-o mais ainda.

Quando recuára, reparara no pé que tinha posto na rua e agora retirava outra vez para a escada.

Era o pé esquerdo.

Estava provadissimo assim, que aquelle corcunda era um anjo do céu, era um corcunda da Providencia.

O destino pondo-lhe aquelle marreca defronte da porta precisamente no momento em que ia a dar o primeiro passo no caminho da honra, e fazendo-lhe notar que esse primeiro passo era

dado com o pé esquerdo, denunciava claramente, que o tal caminho da honra estava obstruido, aconselhava que se puzesse de pé atraz.

— Nada, não vou, disse elle consigo abobornando todos os seus raciocinios.

E depois, como que envergonhado d'essa deliberação tão contraria aos seus resolutos planos de momentos antes ainda, attenuou-a accrestando nos seus botões o «Hoje.»

— Não vou... hoje!

E enfiando de novo pela escada acima, parou á porta do seu segundo andar e bateu devagarinho, a medo, como quem não tem a convicção do que faz.

— Quem é? perguntou de dentro uma voz que o fez estremecer, a voz de sua mana.

— Sou, eu, Emilinha, respondeu elle com voz doce, suave, carinhosa.

— Como! És tu!... perguntou a irmã abrindo a porta.

— Sim, sou eu, balbuciou o Quim, muito corrido.

— Já?

— Já.

— Então vingaste já a tua honra ultrajada? perguntou ella fiando-o cheia de curiosidade e ao mesmo tempo de desconfiança.

— Não.

— Não?

— Deixei a honra ultrajada para amanhã.

— O que diz o mano? perguntou admirada e indignada a Emilinha.

— Deixei a honra ultrajada para amanhã, repetiu succumbido o Quim.

— E atreve-se a dizer-me isso? Parece impossivel!

— Então, amanhã tambem é dia, se Deus quiser.

— Imaginei por momentos que o mano era um homem.

— Hein?

— Mas vejo que me enganei.

— Mana!

— E' isto mesmo! Um homem nunca deixa a honra ultrajada para o dia seguinte.

Estas palavras severas e o tom secco, desdenhoso, despresador com que eram ditas, fustigaram os brios do Quim como chicotadas violentas, menas vibradas, e acordaram-n'os.

— Não sou homem? perguntou elle sentindo já os primeiros symptomas d'um nova resolução heroica.

— Não.

— Pois bem: está enganada, mana, sou um homem! Adeus!

E dando uma revicavolta desceu outra vez a escada a quatro a quatro murmurando para se animar a si proprio, para se dar coragem.

— Não sou homem? Pois bem, eu mostrarei bem alto a todas o que sou.

E n'um violento impeto sahio pela porta fóra.

XXI

Quando se achou no Largo de S. Domingos, o Quim parou e perguntou a si mesmo:

— Mas onde vou eu agora? Por onde começar?

E muito logicamente os seus botões responderam-lhe:

— Vae ao «Jornal do Commercio» principia pelo principio.

Ao mesmo tempo porem accudia-lhe no espirito outra ponderação.

No «Jornal do Commercio» havia muita gente. O que havia elle de dizer a essa gente toda? Como apresentar-se?

Com timidez? Isso desmancharia todo o effeito epico dos seus actos.

Com arrogancia? Se lá estivesse muita gente isso podia ser mal recebido, sahirlhe o gado mosqueiro; não lhe desmanchar o effeito heroico do acto, mas desmanchar-lhe um braço ou uma costella.

E estava parado quasi ao pé do Rocio pensando no seu bom senso os prós e os contras das resoluções a tomar quando viu a dois passos o Dominguinho, que vinha do Lyceu com um enorme volume encadernado debaixo do braço — as taboas de logarithmos de Callet.

O Quim fez-se extremamente pallido.

O Dominguinho vinha muito perto já: não o avistara ao longe, não tinha meio algum de evitar o encontro.

Então encheu-se de animo e resmungou:

— Ah! eu não sou homem! Vão ver.

E encaminhou-se resoluta para o Dominguinho.

Este quando o viu franziu o sobrolho e ao passar junto d'elle cuspiu para o lado em signal de despreso.

—O' sr. Pereira! sr. Pereira! disse o Quim dando dois passos atrás do Dominginhos.

O Dominginhos fez de conta que não era nada com elle e seguiu o seu caminho.

O Quim tomando esses ouvidos de mercador, por medo, apressou o passo, insistiu no chamamento, e como o Dominginhos continuava a não responder, a não fazer caso tocou-lhe no braço.

O' sr. Pereira! sr. Pereira! Dá-me uma palavra.

—Não me toque! bramiu o Dominginhos, voltando-se para traz ao sentir pousar-lhe no braço a mão do Quim.

Este recuou espavorido ante aquella voz trovejante e desabrida que estava longe de encontrar n'aquelle homem que julgava transido de medo.

—O que me quer? perguntou-lhe o Dominginhos.

—Eu queria... balbuciou já muito desnorteado o Quim.

—E eu não quero, bradou o filho do sr. Pereira, eu não admitto que o sr. me falle. Prohibo-lhe, ouvio? prohibo-lhe terminantemente que me dirija a palavra.

—Mas...

—Não fallo a miseráveis, nem a cobardes, nem a villões! gritou o Dominginhos com voz de stentor que começou a fazer juntar gente a ver o que aquillo era.

—Sr. Pereira, o sr. está-me insultando, disse reprehensivamente o Quim esverdeado.

—Estou sim senhor, estou a insultar-o, e depois? Não é a primeira vez que o insulto; tenho-o insultado por escripto e agora insulto-o verbalmente e estou aqui para responder pelo insulto.

O Quim não se atrevou a retroquir e contentou-se em engulir em secco.

—Vámos! quer alguma coisa? O Quim manteve-se no mesmo discreto silencio.

—Quer que eu lhe enche de bofetadas essa cara estanhada.

—Atire-se a elle, ande, não tenha medo, começaram a aconselhar algumas vozes do grupo enorme que se formára em torno dos dois.

—Ah! Kss! Kss! asso- lou um garoto.

O Quim comprehendeu que estava fazendo um papel tristissimo, e não se sentindo com coragem de avançar teve contido a coragem de resmungar:

—É doido! É doido?

(Continua)

Gervasio Lobato.



REVISTA POLITICA

O resultado das eleições até hoje apurado, é, em geral, favoravel ao governo, não obstante a opposição contar já eleitos cerca de quarenta deputados, entrando n'este numero os tres deputados republicanos que Lisboa elegeu.

As causas d'esta eleição de Lisboa são já sufficientemente conhecidas para aqui as historiar-mos, alem de que, na nossa ultima revista, dissemos o bastante para se avaliarem as circumstan- cias que determinaram que Lisboa assim se mani- festasse republicana de um momento para o ou- tro, da mesma forma que tambem de um momen- to para o outro pode deixar de o ser, desde que o partido republicano se ache apenas entregue ás suas proprias forças.

Agora todas as atenções se dirigem para a abertura do parlamento, e parece que, moderna- mente, nunca foi esperada com tanta ansiedade a reunião dos representantes do povo, porque tam- bem raro se terão juntado tantas questões meli- drosas para resolver, quer da politica interna, quer da politica externa.

Essa mesma ansiedade faz com que corram no-

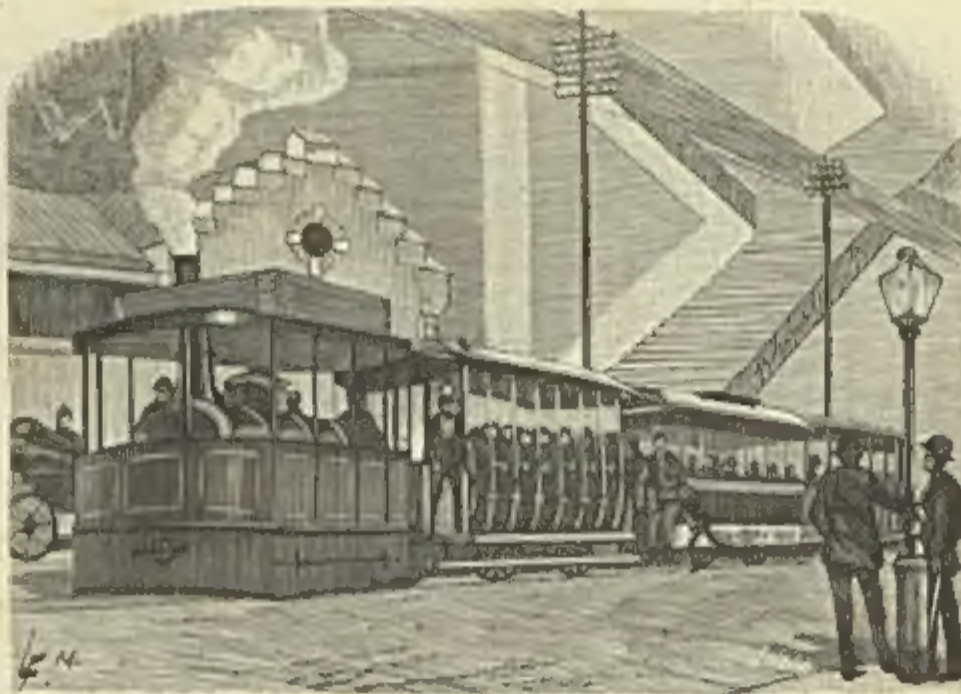
tuas de adiamento da abertura das camaras, noticias que nos parece não terem fundamento, e que são mais um producto da opposição extrema- mente pronunciada que se está fazendo a um go- verno que apenas ha tres mezes está no poder.

Se consultarmos a nossa historia moderna não será facil encontrar referencia de uma opposição tão violenta, feita a um governo logo á sua entra- da no poder, sem se lhe dar tempo a justificar os seus actos, como em geral se tem observado com todos os governos desde 1851 para cá.

Isto indica que atravessamos um periodo anor- mal na politica portugueza, e que as circumstan- cias que assim o determinam impõem deveres de parte a parte, deveres que, se nas opposições podem ser taxados de violencias, no governo não podem ser tambem menos violentos.

Se o rompimento da boa ordem é uma violen- cia, para fazer manter a ordem é precisa tanta energia, que a alguns pode parecer violencia por isso que os priva do abuso de uma liberdade mal entendida.

A nova lei da imprensa, decretada dictatorial- mente pelo governo, está sendo commentada pela imprensa diaria de modos diversos, encontran- do apoio em uns e opposição em outros, exacta- mente o que acontece a todas as leis ou actos dos governos. Entretanto só o futuro poderá dizer se



NOVA MACHINA DE TRACÇÃO PARA OS CARROS AMERICANOS EM LISBOA

(Desenho de L. Freire)

o governo fez mal ou fez bem em decretar esta e outras leis, pelas consequencias que d'ella pode- rão derivar.

Dissemos outras leis e de facto assim é, porque o decreto sobre a imprensa veio acompanhado de mais nove, que na maior parte tem mais ou me- nos ligação.

Assim o decreto da lei de imprensa, tem imme- diata relação com o decreto regulando as condi- ções dos espectáculos e que estabelece a censura prévia para as obras theatraes.

O decreto regulando o direito de reunião e as- sociação, é natural consequencia dos que ficam mencionados, e para que certas disposições d'estes decretos possam ser executadas, foram decretadas mais as seguintes leis que remodelam outras exis- tentes:

Determinando quaes os crimes que devem ser julgados em processo de policia correcional.

Autorizando o governo a reorganizar os servi- ços relativos á administração da justiça.

Criando nas comarcas de Lisboa e do Porto, em cada um dos districtos criminaes, um juiz auxi- liar.

Fixando os ordenados dos juizes, etc.

Seguem-se os decretos criando em cada comar- ca um tribunal de commercio.

Declarando incompativeis as funcções de minis- tros de estado com as de administrador ou fiscal de sociedades ou empresas mercantis e industriaes que tenham contractos com o Estado.

Criando um ministerio novo—o da Instrucção Publica e Bellas-Artes, que ficará por ora consti-

tuido pela direcção já existente da Instrucção Pu- blica.

Nomeando para ministro d'esta nova pasta o sr. João Arroyo, que exonera de ministro da marinha e ultramar, nomeando para esta pasta o sr. Julio de Vilhena.

Vê-se por isto que a dictadura é muito mais fe- cunda que o parlamento, resta porém ver como elle recebe estas leis de que o governo tem que lhes dar conta.

João Verdades.



RESENHA NOTICIOSA

ANTONIO MARIA CARDOSO.—Chegou a Lisbon, no dia 4 do corrente o capitão de fragata e prestante africanista Antonio Maria Cardoso. Veio por via terrestre no caminho de ferro, pois partira d'Afri- ca para Napoles por via maritima e d'esta cidade é que regressou á patria.

São da maior importancia os serviços prestados por Cardoso na região do Nyassa, onde obteve para a corôa portugueza a vassalagem de 14 regu- los, sem violencia ou imposição.

É esta a gloria dos ex- ploradores portuguezes em Africa.

GREMIO ARTISTICO —

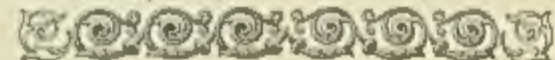
Com este titulo vai fun- dar-se em Lisboa uma so- ciedade para promover o desenvolvimento da arte nacional, por meio da ag- gregação de todos os ar- tistas portuguezes e pes- soas que se interessam pe- las bellas artes; fazendo exposições annuaes e es- tabelecendo na sua sede, uma exposição permanente; abrindo aulas de dese- nho, aguarella, pintura e esculptura; realisando conferencias publicas so- bre assumptos d'arte e li- teratura; publicando men- sualmente uma revista ar- tistica e litteraria; estabe- lecendo um gabinete de leitura.

A commissão organisa- dora d'esta sociedade é composta dos sr. Antonio Carvalho da Silva Porto, Ernesto Condeixa, João Vaz, Abel Accacio Bote- lho, Monteiro Ramalho e Emgydio Brito Monteiro.

Sabemos, que tem adhe- rido a esta idéa muitos ar- tistas e amadores de bel- las-artes, tendo-se já reali-

sado a primeira reunião para a leitura dos es- tatutos.

A fundação d'esta sociedade será de grande be- neficio para a arte portugueza que tão abandonada tem andado.



PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos:

LECTAS e progressos das sciencias por João Bo- nança. É um opusculo de 48 paginas em que o auctor trata do prestimo da geologia e necessida- de da reforma dos estudos geologicos em Portu- gal. Insere uma carta de João Bonança ao grande sabio allemão Emilio Hubner que é uma brilhante resposta, scintillante de patriotismo e talento, em homenagem ao que mr. Hubner havia escripto de Portugal e dos portuguezes na *Deutsche Literaturzeitung* de Berlim, trabalho a que o Occidente se referio no volume xi, em artigos de M. Barradas.

O opusculo do integro historiador e valente polemista João Bonança, termina com um notavel trabalho sobre o *Missionismo do povo portuguez*, traçando verdadeiras joalherias de erudição e historia e alevantada critica sobre as relações de Portugal com a sordida Inglaterra desde 1640 a 1890, declarando o auctor esta nação espoliadora, fóra das leis da humanidade e fatal o seu desap- parecimento, occupa-se larga e logicamente do presente e futuro de Portugal.

Adolpho, Modesto & C. — IMPRESSORES